

Governo prepara medidas e vai conter as tarifas

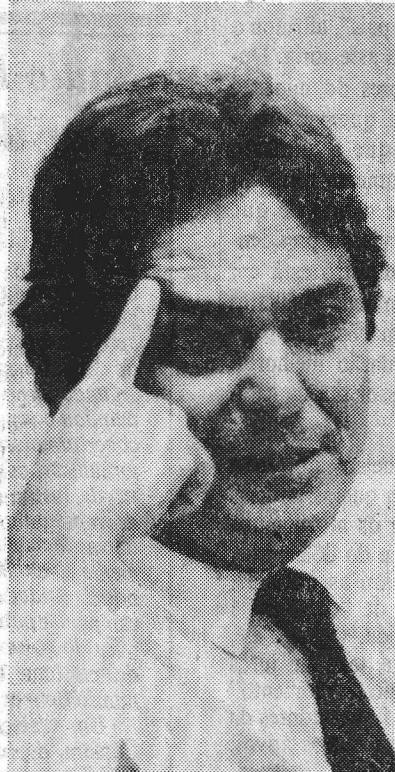
BRASÍLIA — O salto do índice de inflação no mês de setembro, previsto para 35% pelo menos, e as previsões de que possa chegar a 40% em outubro, provocarão novas iniciativas políticas e administrativas do governo na tentativa de frear o ímpeto inflacionário. O Ministério da Fazenda vai reavaliar o cronograma de reajuste das tarifas públicas e estuda alterações na concessão de aumentos para os produtos controlados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). Serão retomados imediatamente os contatos com empresários, para sensibilizá-los com relação à necessidade de dividirem com o governo a responsabilidade pelo controle da inflação. E o próprio presidente Sarney, tão logo retorno dos Estados Unidos, pretende participar pessoalmente desse esforço de convencimento.

O ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, explicou que, apesar de o governo pretender manter os reajustes de tarifas públicas acima da inflação, será necessário "rediscutir o cronograma". Nesse sentido, os reajustes reais poderão ser concedidos em maior espaço de tempo, já que a atual equipe econômica tem até o mês de março do próximo ano para devolver às estatais as perdas acumuladas durante os vários períodos de congelamento de preços.

Em São Paulo, a informação que circulava entre empresários com contatos com funcionários do governo era de que a contenção das tarifas públicas está sendo a solução encontrada pela equipe econômica para conter a escalada dos preços. "É melhor acabar o ano com um déficit fiscal maior do que com uma inflação fora de controle" comentou um economista da Fazenda.

Esta opção foi feita depois de constatada a falta de instrumentos que o governo possui para tentar conter a disparada da inflação, cuja previsão já

Arquivo — 10/3/88



Ximenes: buscar um pacto

beira os 40% para outubro. "Falta tempo para o governo tentar qualquer medida de emergência. Além disso, também não existe credibilidade para mudanças estruturais" lamentou o funcionário.

Outro remédio que vai ser ressuscitado é o que está sendo chamado na Fazenda de *pacto empresarial*, segundo informações captadas em São Paulo. O ministro Mailson da Nóbrega tentará costurar este pacto quando voltar amanhã, iniciando conversas com as lideranças empresariais para convencê-las a reajustar mais vagarosamente os preços, a fim de que a inflação não fuga ao controle às vésperas das eleições.

Controle — Com relação aos pre-

ços controlados pelo CIP, o que se pretende é um sistema que exigiria dos empresários um maior controle de seus reajustes, ao mesmo tempo em que o governo se comprometeria a não conter por períodos muito prolongados a liberação desses aumentos. A discussão desse novo sistema terá como fórum as câmaras setoriais do CIP, que contarão com representantes de setores importantes na formação de preços de cada segmento econômico.

A convocação dos empresários para as reuniões nas câmaras setoriais ocorrerá logo após o retorno do ministro da Fazenda dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, como deixou claro Ximenes, o governo não pretende afrouxar a política monetária atual de juros elevados e acima da inflação, assim como a execução orçamentária continuará "a mais apertada possível".

A contenção das tarifas públicas e a manutenção dos juros altos provocarão um aumento do déficit público deste ano que já se teme possa bater em 8% do PIB. A conta que a futura administração vai encontrar para pagar será mais alta. "O próximo presidente enfrentará um déficit maior, mas em compensação contará com credibilidade e tempo para atuar. O que não se pode agora é deixar o país caminhar para o caos", justificou um economista ligado ao governo.

No Palácio do Planalto acredita-se que uma série de contatos do próprio presidente com líderes nacionais possa ajudar a evitar o pior. O leque de contatos irá de empresários, dirigentes de estatais, políticos a lideranças sindicais. Acredita-se no Planalto que a alta da inflação desencadeará uma nova onda de dificuldades para o governo. Mas o choque é afastado porque, segundo reconhece Ximenes, "o nosso desgaste de credibilidade foi imenso e afastar a economia da indexação, agora, é uma aventura que este governo não tem condições de levar".